

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A formação e a inserção profissional das pessoas com deficiências e incapacidades é uma questão crucial na medida em que o trabalho e o emprego produtivo se revestem de uma importância estruturante para as pessoas, para a família e para a sociedade no seu conjunto.

Aliás, na Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, dois dos eixos estratégicos são referentes à “Educação e qualificação” e ao “Trabalho, emprego e formação profissional”, estando definidos, entre outros, os seguintes objetivos específicos:

- Criar condições de acessibilidade das pessoas com deficiência à oferta formativa desenvolvida na Rede de Centros de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.,
- Reorganizar a rede de Centros de Recursos de apoio à inclusão profissional, promovendo a sua transição para uma rede de suporte e apoio à participação articulada com a intervenção do serviço público de emprego.

Contudo, têm chegado ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (GP do PSD) queixas de diversas instituições ligadas à formação profissional de pessoas com deficiência e incapacidade a dar conta da angústia, da incerteza associada à continuidade da oferta formativa para as pessoas com deficiência e incapacidade, pela possibilidade de cessar o seu financiamento para a formação.

Mais, em audiência no Grupo de Trabalho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada no passado dia 6 de outubro, a Plataforma das Organizações para a Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência (FAPPC, FENACERCI, FORMEM e HUMANITAS) alertou os Senhores Deputados dos diferentes Grupos Parlamentares, para a situação em que se encontra a formação profissional de pessoas com deficiência nas regiões do Alentejo, Centro e Norte (nas regiões de Lisboa e Algarve foram abertas candidaturas este ano).

Segundo a Plataforma, neste momento ainda não está delineado o Programa Operacional que irá suceder ao POISE, o que está a gerar uma situação de grande instabilidade do sistema de formação profissional para pessoas com deficiência e incapacidade, e para as suas famílias, não se sabendo quando poderão ser iniciadas novas ações formativas.

Ainda de acordo com a Plataforma, este atraso, que impede o início de novas ações, provocando dois tipos de impactos: enquanto não abrirem novas ações não podem ser admitidos novos formandos e isso significa que as pessoas com deficiência estarão privadas de acederem à formação profissional por tempo indefinido e, para além disso, as entidades formadoras que têm estruturas de formação permanentes já começam a entrar em rutura financeira, pois as ações de formação vão terminando e não podendo iniciar novas ações perdem acesso ao financiamento que é dependente do volume realizado. Como consequência desta situação, as opções que se colocam às entidades empregadoras resumem-se a tentar enquadrar os formadores noutras áreas ou, inevitavelmente, a promover o seu despedimento por extinção dos postos de trabalho.

A Plataforma das Organizações para a Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, informou que têm sido solicitados ao POISE e ao IEFP I.P. a abertura de candidaturas num regime de transição no sentido de assegurar o funcionamento deste apoio às pessoas com deficiência, tendo o Sr. Presidente da Comissão Diretiva do POISE transmitido que isso será possível, mas que depende de uma decisão política.

E esta não é uma situação nova, em abril do presente ano, o GP do PSD alertou a Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e o Ministro do Planeamento sobre esta matéria. No passado mês de agosto e em resposta ao GP-PSD, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social mencionou que se iria proceder à abertura de um novo período de candidaturas para a Região de Lisboa e Vale do Tejo e que estava previsto, ainda para o corrente ano, a abertura de um período de candidaturas para a região do Algarve.

Porém, o país é muito mais do que a região de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve.

Este é um problema que se agrava a cada dia que passa, pois, não sendo a situação resolvida até final deste ano, o impacto nas entidades será muito destrutivo. Existem sérios riscos de algumas entidades desinvestirem nesta atividade que é essencial para a inclusão socioprofissional das pessoas com deficiência e incapacidade.

Tal circunstância seria dramática ao nível institucional e social.

Para o GP do PSD é imperioso encontrar rapidamente uma solução para o problema que se anuncia.

Por tudo o exposto e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, perguntam, através de Vossa Excelência, ao Senhor Ministro do Planeamento o seguinte:

1. Qual a data prevista pelo Governo para abertura de novas candidaturas para o acesso aos apoios destinados à qualificação e formação profissional das pessoas com deficiência e incapacidades?
2. Qual a razão para que as regiões do Alentejo, do Centro e do Norte do país ainda não tenham nenhuma perspetiva para a data de abertura de candidaturas?

3. Que diligências estão previstas, a curto prazo, para solucionar a situação em que se encontram tanto as cooperativas e as associações, como para as famílias e pessoas com deficiência a quem foram recusados os apoios?
4. Tem o Governo previsto alguma solução imediata e transitória, nomeadamente a possibilidade de um regime de transição, para que a formação profissional das pessoas com deficiência não seja posta em causa?
5. Dado que esta situação se arrasta há meses e, quando prevê o Governo que a mesma esteja solucionada?

Palácio de São Bento, 8 de outubro de 2021

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

LINA LOPES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

EDUARDO TEIXEIRA(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

CARLA BARROS(PSD)